

JOSÉ MOURAZ LOPES

Juiz de Direito

GARANTIA JUDICIÁRIA NO PROCESSO PENAL

DO JUIZ E DA INSTRUÇÃO



COIMBRA EDITORA

2000

Composição e impressão
Coimbra Editora, Limitada

ISBN 972-32-0986-1

Depósito Legal n.º 156 644/2000

Novembro de 2000

ÍNDICE

PREFÁCIO	Págs. 5
----------------	------------

PRIMEIRA PARTE

DO JUIZ DE INSTRUÇÃO E DOS SEUS ACTOS NO PROCESSO PENAL

I. Da reforma do Processo Penal	11
II. Do juiz de instrução.....	15
III. O princípio da garantia judiciária	21
IV. Dos actos jurisdicionais processuais	29
1. Dos actos jurisdicionais no inquérito	29
1.1. Dos actos em geral.....	29
1.2. Do primeiro interrogatório judicial de arguido detido	32
1.3. Das medidas de coacção	33
1.3.1. Da prisão preventiva	33
1.3.2. Da vigilância electrónica	34
1.4. Das apreensões de objectos	39
1.5. Da intercepção nas comunicações	40
1.6. A prestação de depoimento antecipado declara- ção para memória futura — das vítimas de crimes sexuais.....	44
2. Do regime da protecção de testemunhas	46
3. Da quebra de segredo nos crimes de corrupção.....	56

	Págs.
V. Do controlo judiciário do inquérito.....	65
1. Do controlo jurisdicional do arquivamento	65
2. Da instrução.....	68
3. Da reforma da instrução	73
3.1. Do requerimento da abertura de instrução	74
3.2. Do despacho inicial da abertura de instrução	75
3.3. Da prova por testemunhas	76
3.4. Do princípio do contraditório	79
3.5. Do debate instrutório.....	81
3.6. Da alteração da qualificação jurídica dos factos	82
3.7. Da suspensão provisória do processo.....	84
3.8. Do relatório social.....	86
3.9. Do processo abreviado	87
3.10. Dos recursos dos actos de instrução.....	89
3.11. Do segredo de justiça.....	90
VI. Da orgânica judiciária	93
1. Da reforma judiciária	93
2. Dos tribunais de instrução criminal	96
3. Do tribunal central de instrução criminal	99

SEGUNDA PARTE

O CONTROLO JUDICIÁRIO NA PREVENÇÃO E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NO ÂMBITO DA CRIMINALIDADE ECONÓMICA

I. Breve caracterização sobre a criminalidade económica	105
II. Da especificidade da criminalidade económica à sua repressão	113
III. A resposta institucional portuguesa	117
1. Do quadro legal.....	117
2. Do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Fevereiro.....	120
2.1. Das entregas controladas.....	122
2.2. Da prestação de informações e apresentação de documentos	123

	Págs.
3. Da prevenção criminal.....	126
3.1. Dos agentes encobertos.....	130
3.2. Das vigilâncias.....	133
IV. Da jurisdicionalização dos actos do processo.....	137
BIBLIOGRAFIA	143